

REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS
EM *TERRAS DO SEM-FIM*, DE JORGE AMADO:
A NEGOCIAÇÃO COM O MUNDO SOCIAL

José Otávio Monteiro Badaró Santos*

Marcello Moreira**

RESUMO: A proposta é analisar o romance *Terras do sem-fim* (1943), de Jorge Amado, em uma perspectiva da literatura como representação, na esteira dos estudos de Louis Marin e Roger Chartier, considerando o texto como a representação das sensibilidades de determinados homens, em dada época, da ideia que faziam de sua própria sociedade e dos significados que almejavam construir. Assim, pretendemos refutar a ideia de que a obra, circunscrita pela crítica marxista como romance proletário, seja uma homologia das estruturas sociais. A noção de representação nos permite compreender que os textos ficcionais são, na verdade, constituídos pela relação que estabelecem com outros discursos e não com a realidade empírica.

PALAVRAS-CHAVE: Crítica; Jorge Amado; Representação.

As obras de ficção, visto que algumas delas se apoderam das práticas, dos costumes, dos documentos e das técnicas da operação histórica, e a memória, tanto em sua dimensão social quanto individual, constituem-se como recursos possíveis para que possamos nos aproximar daquilo que representou o conjunto de aspirações, de sentimentos e ideias de um determinado grupo social em um dado momento. No caso da literatura, que, para ser compreendida, é obrigada a trilhar o caminho da verossimilhança, se estabelece uma ilusão referencial que Barthes chamou de “efeito de real”, a partir da significação dos elementos pretensamente insignificantes na estrutura da narrativa (BARTHES, 2004, p. 183). No entanto, não se trata da realidade tal qual ela ocorreu, ou da reconstrução fiel de um passado

* Mestrando em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb).

** Doutor em Literatura Brasileira Universidade de São Paulo (Usp). Professor pleno da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). Vencedor do Prêmio Jabuti na categoria “crítica literária” com seu livro *Crítica Textualis in Caelum Revocata? Uma Proposta de Edição e Estudo da Tradição de Gregório de Matos e Guerra* (Edusp, 2011). Vencedor do Grande Prêmio da Crítica da Associação Paulista de Críticos de Arte (2015) pela edição e estudo da poesia atribuída a Gregório de Matos e Guerra, em coautoria com João Adolfo Hansen.

como ele, de fato, existiu, mas diz respeito ao modo como os homens de ontem a representavam.

Destarte, a ideia de uma conservação do passado, extraída do texto literário, que iremos propor, se distancia, veementemente, da concepção de espelhamento ou de transposição da realidade social para a obra de ficção. Nesse sentido, pretendemos analisar o romance *Terras do sem-fim* (1943), de Jorge Amado, não enquanto documento histórico, ou como reflexo de uma conjuntura social e econômica que nos permita reconstruir a sociedade grapiúna dos fins do século XIX e início do século XX tal qual ela existiu. Nosso objetivo é, justamente, escapar de uma leitura como essa, muito comum na tradição da crítica literária brasileira, fundamentada na noção de que a obra literária é uma construção ideológica determinada pelo lugar social do autor e que o texto só pode ser interpretado por um referente exterior a ele próprio.

Desde o projeto literário realista, que, em certa medida, é um prolongamento do nacionalismo romântico estabelecido nas primeiras décadas do século XIX, há uma tendência em tomar o componente ficcional como uma reprodução autêntica de uma determinada realidade, que pode ser psicológica, social, econômica, científica, política, geográfica, moral ou filosófica. Conforme Schwarz, lendo Lukács para empreender uma análise dos primeiros romances machadianos, “a forma literária presume abertamente ser a forma da realidade” (SCHWARZ, 2000, p. 155). Ao discorrer, por exemplo, sobre a obra *Iaiá Garcia* (1878), no trecho em que o escritor carioca dedica a um fato histórico brasileiro, Schwarz critica Machado de Assis exatamente naquilo que é da ordem da indeterminação, que se apresenta como lacuna a ser preenchida na recepção pelo leitor, ou seja, na brecha que provoca a ambiguidade e que diferencia a literatura de um texto pragmático: “Faz falta em Iaiá Garcia uma concepção clara do que tenha sido a guerra do Paraguai, e a integração desta através de motivos privados é hábil, mas desprovida justamente da mencionada dimensão” (SCHWARZ, 2000, p. 156).

A própria crítica empreendida sobre o projeto literário amadiano, ao longo do século XX, foi, essencialmente, baseada nesta concepção marxista do determinismo socioeconômico. Seja por meio da vertente crítica proposta por pesquisadores fora do Brasil,

como Lucien Goldmann e Lukács, em que a forma romanesca é a transposição para o plano literário da vida cotidiana das sociedades capitalistas, em uma homologia rigorosa de estruturas, seja por meio de críticos brasileiros, como Antonio Candido e Alfredo Bosi, as investigações relativamente ao referido romance amadiano estiveram concentradas, de modo geral, em uma perspectiva materialista. Sob este ponto de vista, o texto literário é um simples reflexo da consciência coletiva de um grupo e ele deve espelhar o desconforto com a reificação dos homens na sociedade burguesa (GOLDMANN, 1976, p. 18). Para simplificar, o romance aqui é entendido como uma crônica social.

Todavia, a nossa rejeição ao materialismo histórico enquanto ferramenta de análise para o romance amadiano não quer dizer que iremos adotar uma visão estruturalista e reduzir o significado dos textos à operação impessoal e mecânica da linguagem. O que pretendemos é nos esquivar de polarizações para construir uma análise mais próxima das correntes teóricas que buscam investigar a cultura não como um nível de realidade adstrito às determinações socioeconômicas, mas como uma dimensão complexa do homem, que, de maneira alguma, pode ser explicada por modelos reducionistas e deterministas. Nesse sentido, a proposta dos historiadores ligados à Nova História Cultural, a partir da década de 1980, nos parece a mais razoável para ler o texto amadiano, porque objetiva decifrar as sociedades de outra maneira: compreendendo as modalidades do agir e do pensar, por meio das noções de “práticas” e “representações”, que podem ser úteis para examinar os objetos culturais produzidos, os sujeitos produtores e receptores, os processos que constituem essa produção e as normas a que se conformam as sociedades através da consolidação de seus costumes. Nos termos de Chartier, “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1998, p. 16-17).

No contexto da Nova História Cultural, os historiadores entenderam que era necessário romper com três princípios de inteligibilidade que até então haviam dominado a pesquisa histórica: a ideia de uma história global, que pudesse abarcar os diferentes níveis da totalidade social; o recorte geográfico, que considerava preponderante a definição territorial dos objetos de pesquisa; e, por fim, o que Chartier chama de a “tirania do social”: a

noção de que as divisões sociais prévias, como as categorias socioprofissionais, precedem ou até determinam a apropriação dos bens culturais. A superação desses pressupostos abriu caminho para novas formas de pensar as práticas e as estruturas sociais. Nessa perspectiva, a ideia, construção consciente e individual do sujeito, se coloca em confronto com a mentalidade coletiva que rege as representações, enquanto esquemas de pensamento que, embora tidos como individuais, são, na verdade, condicionamentos não conscientes e interiorizados que fazem com que um grupo ou uma sociedade compartilhe um sistema de valores. E isso, muitas vezes, acontece sem que os próprios indivíduos deem conta de que sofrem influência desses mecanismos de orientação social.

Portanto, o campo das “práticas” e “representações”, que abarca noções como “apropriação” e “negociação”, nos parece a melhor alternativa para investigar o texto literário amadiano em uma perspectiva da literatura como a representação das sensibilidades de determinados homens, da ideia que faziam de sua própria sociedade, dos significados que gostariam de construir, ou a maneira como apreendiam o próprio mundo social. O conceito de representação nos permite entender que a realidade empírica e extraliterária, ou seja, exterior à obra de arte, deve ser compreendida como geradora de discursividade, mas não como origem efetiva da narrativa ficcional. Assim, podemos compreender que as narrativas de ficção são, na verdade, constituídas pela relação que elas estabelecem com outros discursos e não com a realidade empírica propriamente.

Desse modo, o estudo das representações pode atingir níveis de compreensão que o próprio documento histórico não consegue alcançar, pode ajudar a entender o que motiva os homens à mobilização, ou mesmo o que os leva à estagnação, a partir da maneira como eles representavam a si próprios e ao mundo à sua volta. Se a literatura possui essa capacidade de ler, interpretar e representar os homens e seu tempo, ela pode ser um meio para refletirmos o que está posto, para negar, reafirmar ou ultrapassar a realidade, no sentido de significar aquilo que poderá vir a ser. Para Chartier, algumas obras literárias são capazes de moldar as representações coletivas do passado de uma forma muito mais poderosa que os escritos dos historiadores, porque há nelas uma força, chamada de “energia social”, apta a apropriar-se de instâncias do real, mas que não são o real (CHARTIER, 2009, p. 25). O

referente, nesse sentido, pode até desencadear o processo, mas ele não o conduz, nem o completa, porque o significado é construído sempre fora do referente. Ainda que, de certa maneira, contígua à realidade, entendemos que a ficção é um mundo à parte. Podemos dizer que as fronteiras que separam um e outro são porosas e facilmente transponíveis, no entanto, aqui, entendemos a fronteira não no sentido de demarcação e delimitação, mas enquanto lugar de trânsito, de comunicação e diálogo:

A literatura registra e expressa aspectos múltiplos do complexo, diversificado e conflituoso campo social no qual se insere e sobre o qual se refere. Ela é constituída a partir do mundo social e cultural e, também, constituinte deste; é testemunha efetuada pelo filtro de um olhar, de uma percepção e leitura da realidade, sendo inscrição, instrumento e proposição de caminhos, de projetos, de valores, de regras, de atitudes, de formas de sentir... Enquanto tal é registro e leitura, interpretação, do que existe e proposição do que pode existir, e aponta a historicidade das experiências de invenção e construção de uma sociedade com todo seu aparato mental e simbólico. (BORGES, 2010, p. 98)

Posto isso, a noção de representação, como aquilo que permite dar presença ao ausente, aparece como categoria comum às três modalidades da relação que os homens mantêm com o passado: História, Literatura e Memória. Nossa proposta é abordar o romance amadiano a partir dessa “teoria da representação”, a partir dos estudos do filósofo e historiador francês Louis Marin, para, em seguida, aplicarmos o conceito de “negociação”, desenvolvido por Stephen Greenblatt, à luz das atualizações de Roger Chartier.

A ideia de representação propõe a identificação e o entendimento de forças reguladoras que agem sobre a vida coletiva dos indivíduos, construídas a partir do real, cuja importância não é estabelecida pelo critério de verdade, mas pelo de credibilidade. Desse modo, as representações não são um reflexo da realidade, mas uma elaboração do real a partir de um conjunto variado de aspectos sociais, culturais, políticos e institucionais. Nessa perspectiva, para Chartier, representar é dar sentido ao ausente, é também criar, porque, muitas vezes, aquele que representa descreve uma sociedade como imagina que ela seja, ou como desejaria que ela fosse. No ensaio *Poderes e limites da representação: Marin, o discurso e a*

imagem (2002), Chartier destaca o caráter de duplicidade do conceito. De um lado, representar é, como dissemos, conferir presença a uma ausência, por outro, é também exibir uma presença enquanto imagem. Chartier refere que Marin recorre a uma acepção do termo de um clássico dicionário francês de 1727 (Furetière) para encontrar estes dois sentidos, aparentemente opostos, para o vocábulo “representação”.

No primeiro sentido, representar é quando uma imagem toma o lugar de um “objeto ausente (coisa, conceito ou pessoa)”, sendo capaz de substituí-lo apropriadamente. “Representar é, pois, fazer conhecer as coisas mediatamente “pela pintura de um objeto”, “pelas palavras e pelos gestos”, “por algumas figuras, por algumas marcas” — como os enigmas, os emblemas, as fábulas, as alegorias” (CHARTIER, 2002, p. 165). Em um discurso mais utilizado na política e no meio jurídico, podemos dizer de uma pessoa que se coloca no lugar de outra e, por meio dessa substituição, assume o poder e a autoridade da primeira. Já na segunda acepção do termo, referida no Furetière, representar é também a “demonstração de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa” (CHARTIER, 2002, p. 166). Assim, a imagem e o referente são a mesma coisa.

Segundo Chartier, a obra de Marin modificou a forma como os historiadores compreendem o mundo social, obrigando-os a repensar as relações mantidas pelas maneiras de exibição do ser social e também do poder político com as representações mentais que “que dão (ou recusam) crença e crédito aos signos visíveis, às formas teatralizadas, que devem fazer reconhecer como tal o poderio, seja soberano ou social”, no mesmo sentido das representações coletivas de Mauss e Durkheim (CHARTIER, 2002, p. 169).

Desse modo, se uma imagem pode substituir uma presença, ela atua para que não seja necessária a utilização de uma força física ou ato de violência quando há uma relação de dominação. A própria exibição dessa imagem já é a força em si. Por isso, para Chartier, os estudos de Marin permitem a compreensão de como os confrontos baseados na violência transformam-se em batalhas simbólicas, em que os “signos da força ou, antes, sinais e indícios que só precisam ser vistos, constatados, mostrados, e depois contados e recitados para que se acredite na força de que são os efeitos” (CHARTIER, 2002, p. 170). Assim, os

mecanismos dessa “exibição”, que afetam os receptores por meio da imaginação, produzem crença e, muitas vezes, não podem prescindir de um aparato simbólico que reitere essa potência. Este é o caso, por exemplo, dos juízes e médicos, que necessitam de instrumentos que sensibilizem a imaginação para que produzam respeito e autoridade. Dentre os que não precisam, como refere Chartier, estão os soldados, porque estes já atuam com a força, enquanto os primeiros controlam pela dissimulação.

No entanto, Chartier nos adverte que a força não desapareceu com a dominação simbólica, ela apenas foi colocada em reserva, porque estará sempre à disposição daquele que a detém. A multiplicação dos dispositivos simbólicos, como é o caso das monarquias europeias, garantem essa negação e conservação do absoluto da força:

[...] negação porque a força não se exerce nem se manifesta, porque está em harmonia com os signos que a significam e a designam; conservação, porque a força pela e na representação se dá como justiça, isto é, como lei que obriga ineludivelmente, sob pena de morte. (MARRAS, 2009, p. 137)

O conceito de representação, tal como estudado por Marin, a princípio historicamente localizado, procurando compreender os modelos de pensamento e os mecanismos de dominação próprios às sociedades da era clássica, acabou por ganhar uma dimensão maior. Designando as práticas e as representações como constitutivas da realidade social, sendo desenvolvida por sociólogos como Piere Bourdieu, a noção dá conta de entender o conjunto das formas “teatralizadas e estilizadas” pelas quais os homens e as sociedades constroem imagens de si mesmos. No entanto, “elas não são uma expressão imediata, automática, objetiva, do estatuto de um ou do poder do outro. Sua eficácia depende da percepção e do julgamento de seus destinatários, da adesão ou da instância ante mecanismos de apresentação e de persuasão postos em ação” (CHARTIER, 2002, p. 177-178).

Em *Terras do sem-fim*, obra apontada pelos compêndios literários como sendo da fase do cacau da literatura amadiana, o autor narra as disputas de terra, para plantio da lavoura cacaueteira, entre figuras históricas da sociedade grapiúna dos fins do século XIX e início do XX: de um lado, os irmãos Juca Badaró e Sinhô Badaró, do outro, o poderoso coronel Horácio da Silveira. Em meio à narrativa, que descreve os “barulhos” – os tiroteios e tocaias

na mata para eliminar inimigos e ampliar territórios – , Amado traça o perfil social dos coronéis, dos trabalhadores de terra das fazendas, dos “jagunços”, dos advogados vindos da capital, que trabalhavam para beneficiar os fazendeiros, dos escravos recém alforriados, das esposas, das prostitutas, dos políticos; enfim, engendra um cuidadoso trabalho de construção ficcional, a partir de imagens consolidadas por práticas e representações elaboradas pelos indivíduos daquela sociedade. Nesse sentido, podemos utilizar o conceito de representação para analisar de que maneira as práticas e os signos do coronelismo serviram para classificação e hierarquização social e, mais ainda, como formas institucionalizadas pelas quais determinados representantes encarnaram a coerência de uma comunidade, uma identidade social própria e, assim, legitimaram seu domínio.

O coronelismo tem sido objeto de estudo de muitos sociólogos, historiadores e juristas, que procuraram determinar, principalmente, as condições sociais, econômicas e políticas que permitiram o surgimento dessa modalidade de poder em várias regiões do país e que está diretamente ligada à própria história da formação do Estado nacional:

No fim do período colonial a produção açucareira já havia consagrado o mando do senhor de engenho; a criação de gado, no sertão, cristalizara a autoridade do criador; o financiamento das safras e as operações de exportação aumentavam a riqueza do comerciante e a dependência do senhor de terras em relação aos capitalistas. Os grandes proprietários, aliados aos grandes comerciantes, vinham formando, neste processo, a futura classe dominante do Brasil independente. (JANOTTI, 1992, p. 18-19)

Entre os estudos mais importantes, da vasta bibliografia sobre o tema, está *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil* (1949), do cientista político Victor Nunes Leal. Para o autor, o fenômeno é resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social arcaica e inadequada, que produz uma espécie de compromisso, uma “troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente os senhores de terra” (LEAL, 1975, p. 20), denominado por Leal como “sistema de reciprocidade”. Esse sistema está, basicamente, fundamentado na necessidade

de reconhecimento mútuo entre o coronel (chefe local), o governo estadual e as lideranças municipais.

Para Leal, essa recíproca legitimação das instâncias de poder, a partir do “sistema de reciprocidade”, é o que garante a estabilidade política, encontrando solo acolhedor no insulamento dos vastos territórios, onde era mais difícil a presença de um governo central. Na sociedade grapiúna desse período, marcada profundamente pelo processo de plantio, colheita e exportação do cacau, esse poder era representado não só por latifundiários, mas por fazendeiros de pequenas propriedades, desbravadores de terra, ex-tropeiros, que incorporavam a imagem de um personagem historicamente construído: o coronel do cacau. Sujeitos, em geral, associados à figura de homens distintos, respeitados, religiosos, destemidos e, sobretudo, violentos:

De noite Horácio chegou com seus cabras na roça dos três amigos. Cercou o rancho, dizem que ele mesmo liquidou os homens. E que depois, com sua faca de descascar frutas, cortou a língua de Orlando, suas orelhas, seu nariz, arrancou-lhe as calças e o capou. Tinha voltado para a fazenda com seus homens e quando um deles foi pegado, bêbado, pela polícia e o denunciou, ele apenas riu sua risada. (AMADO, 1971, p. 54)

A maior parte destes fazendeiros e proprietários de terras do sul da Bahia, mais propriamente de Ilhéus e cidades circunvizinhas, nem sequer tinha o título de “coronel”, que em geral era comprado ou outorgado pela Guarda Nacional. Mesmo não adquirindo ou sendo condecorados com essa titulação, os grandes cacaucultores gozavam do prestígio e do poder que essa nomenclatura lhes conferia. A designação de “coronel”, associada à liderança e ao respeito que esses homens exerciam, os convertia automaticamente em senhores absolutos de comunidades rurais, que inspiravam respeito e deferência em todas as instâncias dessa sociedade. Desde o poder executivo, na Intendência Municipal, passando pelo judiciário, o poder religioso dos padres, o reconhecimento dos comerciantes locais, até os privilégios nas casas de prostituição.

Nesse sentido, podemos tomar o romance como representação daquilo que o autor acreditava ser aquela sociedade. Ao reconstituir a Ilhéus dos fins do XIX e início do XX,

Amado o faz, de acordo com depoimento do próprio autor, a partir de suas lembranças pessoais e familiares, de conversas com idosos, de histórias ouvidas durante a infância nas fazendas de Ferradas, onde nasceu. Ou seja, o narrador, como dizia Benjamin¹, vai buscar na experiência pessoal a matéria-prima para suas narrativas, sendo as melhores aquelas que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos. Assim, a mentalidade deste indivíduo, seja ele um narrador ou não, é justamente o que ele tem em comum com outros homens do seu tempo. Para Chartier, o nível da história das mentalidades é o do cotidiano e do automático, é aquilo que escapa aos sujeitos individuais da história porque revelador do conteúdo impessoal do seu pensamento (CHARTIER, 1998, p. 41).

[...] qualquer fonte documental que for mobilizada para qualquer tipo de história nunca terá uma relação imediata e transparente com as práticas que as designa. Sempre a representação das práticas tem razões, códigos, finalidades e destinatários particulares. Identificá-los é uma condição obrigatória para entender as situações ou práticas que são o objeto da representação. (CHARTIER, 2011, p. 16)

Ao expor o mandonismo e os mecanismos do regime político-econômico coronelista, fundamentado na opressão e na violência, revelando tensões sociais próprias daquele período e ancorado em personagens que parecem indicar a representação de figuras históricas da região, o discurso literário amadiano estabelece uma relação de negociação com a realidade social. O escritor, por exemplo, dedica um capítulo da narrativa a um acontecimento histórico: a guerra travada entre duas famílias pela posse das matas da região do Sequeiro Grande, no sul da Bahia, que deixou um rastro de sangue e destruiu dezenas de famílias. Para Chartier, “as representações possuem uma energia própria, e tentam convencer que o mundo, a sociedade ou o passado é exatamente o que elas dizem que é” (CHARTIER, 2011, p. 23):

Foi a última grande luta da conquista da terra, a mais feroz de todas, também. Por isso ficou vivendo através dos anos, as suas histórias passando de boca em boca, relatadas pelos pais aos filhos, pelos mais

¹ Walter Benjamin em *O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*, publicado em *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* (1994).

velhos aos mais jovens. E nas feiras dos povoados e das cidades os cegos violeiros cantavam a história daqueles barulhos, daqueles tiros que encheram de sangue a terra negra do cacau. (AMADO, 1971, p. 220)

A disputa pelas terras da mata do Sequeiro Grande, região que atualmente está inserida no município de Itajuípe, durante muito tempo fez parte do imaginário coletivo das populações do sul da Bahia. Memória social que também afetou o “menino grapiúna” Jorge Amado, condicionando-o, inconscientemente, a um sistema de representação e de valores em relação à guerra e à figura dos coronéis, enquanto protagonistas dessa batalha. O discurso literário do escritor evoca a figura emblemática do “coronel” que, ao entrar em cena, se “apresenta representando algo” em uma dimensão reflexiva da representação.

Traçando um paralelo com as sociedades do Antigo Regime, analisadas por Charrier, os coronéis do cacau, em algumas ocasiões, sequer precisavam utilizar a força física ou a violência para impor seu domínio, porque tinham à sua disposição os recursos da dominação simbólica. Seja pela própria imagem, pela exibição, ou mesmo pelo aparato, o poder do “coronel” estava representado por dispositivos à volta dele: a presença constante de jagunços, as botinas, esporas, o chapéu, os rebenques, o parabélum. Artifícios que representavam a potência do “coronel” e suscitavam, sem recorrer a qualquer ato de violência, a submissão e a obediência incondicional. Nesse sentido, os instrumentos da dominação simbólica asseguram ao mesmo tempo “a negação e a conservação do absoluto da força”, como adverte Marin.

Em certa medida, o exercício da dominação política na sociedade grapiúna, pelos coronéis do cacau, teve respaldo na “exibição” continuada de um aparato de formas simbólicas, que contribuíram, consideravelmente, para a relativa conformação social no seio dessa estrutura opressora e desigual que era o sistema coronelista. A dominação simbólica, portanto, garantia que trabalhadores rurais, negros e mestiços, sob regime análogo à escravidão, aceitassem as condições impostas pelos coronéis, a ponto de incorporar essa exploração e, assim, naturalizá-las.

A noção de dominação ou violência simbólica implica a ideia de que quem é coagido por essa força contribui para a sua eficácia:

[...] O poder simbólico é um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, uma fides, uma auctoritas, que ele lhe confia pondo nele a sua confiança. É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe. (BORDIEU, 2009, p. 188)

No entanto, esse poder simbólico dos coronéis também operava a partir de reminiscências de atos propriamente violentos, perpetrados por eles e por seus jagunços no passado. Assassínatos e torturas eram vistos, constatados, para depois serem contados e relatados. As atrocidades e os requintes de crueldade com que os fazendeiros puniam suas vítimas e inimigos eram temas recorrentes de conversas de bar, jantares de família, reuniões sociais e mote para os cordelistas das feiras livres:

Homem macho era Sinhô,
O chefe dos Badaró
Uma vez, ele ia só,
com cinco homem acabou.
Juca não era menos,
coragem nele sobrava,
E Juca não respeitava
Nem os grandes nem os pequenos
(AMADO, 1971, p. 222)

É importante referir que o sistema de dominação simbólica do *coronelismo* não se valia apenas do caráter repressivo e da violência física, enquanto negação e a conservação do absoluto da força. A partir da análise do discurso literário de Amado, tanto em *Terras do sem-fim* quanto em *São Jorge dos Ilhéus*, é possível identificar relações de sociabilidade entre os coronéis do cacau e seus subordinados. À figura do grande cacauicultor, dono da terra, do seu povo, e das suas leis, também se associava à imagem de um protetor, defensor dos seus “homens”, de suas “posses”. O costume de “apadrinhar” os filhos e sobrinhos de empregados dão ao coronel outras formas de reconhecimento e respeito, que não apenas a via repressiva. Esta prática, comum também nas relações entre senhor e escravo durante o sistema escravocrata, também pode ser denominada de paternalismo, que diz respeito a “uma outra forma de controle mais eficaz do que o chicote do feitor”, “em que o dominado

aceita o sistema desde que sejam respeitados certos direitos e privilégios, e também que seja possível a barganha” (REIS, 1989, p. 102).

Em *Terras do sem-fim*, o autor descreve o momento em que uma empregada do coronel Sinhô Badaró, a negra Risoleta, pede ao patrão que a filha Raimunda, recém-nascida, seja batizada por ele. O coronel aceita e ainda decide que a própria filha, Don’Ana Badaró, que tem a mesma idade da menina, seja a madrinha. Assim, Raimunda entra para a família, passa a viver na casa-grande e estabelece com a filha do coronel, Don’Ana, uma relação de irmandade. A ponto de as duas, a “sinhazinha” e filha da “ex-escrava”, ao alcançarem a idade adulta, contraírem matrimônio no mesmo dia com seus respectivos maridos. Dessa forma, o que se estabelecia era um pacto de fidelidade entre o coronel e seus empregados. Um pacto que, se quebrado, só poderia ser reavido com a morte. A partir desses mecanismos, o *coronelismo* operava uma violência física e psicológica sobre os explorados.

Se por um lado, há um mecanismo que opera por meio da violência física e simbólica, por outro lado, precisamos considerar que o apadrinhamento, sobretudo nos séculos XVIII e XIX, era visto como uma estratégia buscada pelos negros para alcançar uma maior inserção nesta sociedade. Por meio do apadrinhamento, por exemplo, muitos escravos, ex-escravos e filhos de escravos, como é o caso de Raimunda, tinham acesso a um conjunto de práticas e saberes que, de outro modo, eles jamais teriam no interior dessas sociedades.

Raimunda fazia pequenos trabalhos caseiros, aprendia a cozinhar, mas na casa-grande lhe ensinaram também costura e bordado, lhe ensinaram a ler as primeiras letras, a assinar o nome e a fazer contas de somar e de diminuir. Os Badarós acreditavam estar pagando a sua dívida. (AMADO, 1971, p. 94)

Desse modo, Raimunda se apropria de privilégios que eram exclusivos à filha do coronel Sinhô, Don’Ana Badaró, e ingressa em um mundo que, em condições normais, não seria o dela, produzindo uma fissura no rígido sistema coronelista. Essa rachadura, que permite o acesso da negra à casa-grande, é autorizada pelo próprio coronel quando aceita o pedido para “apadrinhar” a filha da ex-escrava. Dada às semelhanças na estrutura social entre o coronelismo cacaueteiro e o regime escravista nos engenhos de açúcar, uma vez que o primeiro se constitui como um novo modelo do segundo, podemos afirmar que tanto os

coronéis quanto os senhores de engenho usaram da violência como método essencial de controle. No entanto, como demonstra Reis, essa autoridade não funcionava e se reproduzia apenas na força, mas em uma “combinação da violência com a negociação, do chicote com a recompensa” (REIS, 1989, p. 32).

O apadrinhamento, enquanto prática paradoxal no seio desse regime autoritário, demonstra que havia um espaço de barganha entre opressor e oprimido, a despeito de uma visão homogênea de que apenas as vontades dos coronéis eram determinantes nas relações de força e no desenrolar dos acontecimentos naquela sociedade. O que não se pode ignorar é, justamente, as estratégias e táticas de resistência e a ruptura com a dominação cotidiana através de pequenos atos de desobediência e manipulação social. Como refere Michel de Certeau, malgrado a ideia de que os dispositivos operados pelas forças de dominação pretendem sempre produzir controle e coerção, o “homem comum” também tem a capacidade de engendrar artifícios de resistência para fazer frente a esses mecanismos que intenciam controlá-lo. Certeau chama estes mecanismos de “táticas” e, assim, as define:

[...] Um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância. Ela não dispõe de base onde capitalizar seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias. [...] Ao contrário, pelo fato de seu não lugar, a tática depende do tempo, vigiando para ‘captar no voo’ possibilidades de ganho. O que ela ganha, não guarda. Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para os transformar em ‘ocasiões’. Sem cessar, o fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas. Ele o consegue em momentos oportunos onde combina elementos heterogêneos [...], mas a sua síntese intelectual tem por forma não um discurso, mas a própria decisão, ato e maneira de aproveitar a ‘ocasião’. (CERTEAU, 1998, p. 46-47)

Aproveitar a ocasião foi exatamente o que fez a negra Risoleta, cozinheira da casa-grande, ao pedir ao coronel que batizasse sua filha, uma vez que havia a suspeita de que a menina fosse filha do pai de Sinhô Badaró, portanto, sua irmã mais nova. O que sugeriria que o pai de Sinhô, o coronel Marcelino Badaró, havia traído a esposa com Risoleta, “uma negra linda, de ancas roliças e carne dura” (AMADO, 1971, p. 93). Quando Raimunda

nasceu, “mulata clara de cabelos quase lisos” (AMADO, 1971, p. 93), os boatos só aumentaram e para evitar que a esposa do coronel Marcelino, dona Filomena, expulsasse a pobre menina de casa, Risoleta fez o pedido de apadrinhamento ao filho mais velho de Marcelino, o coronel Sinhô Badaró. Assim, Raimunda entrou para a família e gozou de privilégios na casa-grande. Mais do que isso, ao casar com Antônio Vítor, trabalhador da fazenda, Raimunda ganhou como presente algumas terras para o plantio do cacau na região do Sequeiro Grande.

Neste caso, mais uma vez, podemos perceber a barganha como mecanismo constante nas relações entre os coronéis e seus trabalhadores que, é bom frisar, eram submetidos a um regime análogo à escravidão. Dessa forma, o direito de propriedade, concedido pelo coronel à Raimunda, ao mesmo tempo que representava um benefício, era também uma maneira de manter os empregados na fazenda, sob o controle dos latifundiários. Novamente, é possível estabelecer uma comparação do coronelismo com o sistema escravista, uma vez que os senhores de engenho utilizavam do mesmo expediente, denominado por Reis como “brecha camponesa”:

Um outro mecanismo de controle e manutenção da ordem escravista foi a criação de uma margem de economia própria para o escravo dentro do sistema escravista, a chamada “brecha camponesa”. Ao ceder um pedaço de terra em usufruto e a folga semanal para trabalhá-la, o senhor aumentava a quantidade de gêneros disponíveis para alimentar a escravaria numerosa, ao mesmo tempo que fornecia uma válvula de escape para as pressões resultantes da escravidão. (REIS, 1989, p. 28)

Tanto o apadrinhamento quanto a “brecha camponesa” simbolizam recursos ambíguos e que demonstram a natureza heterogênea das relações sociais representadas no discurso literário amadiano em *Terras do sem-fim*. Nem coronéis de absoluto poder, nem camponeses paralisados diante deles. Ainda que submetidos a um sistema opressor e tirânico, essa massa de trabalhadores rurais, formada em sua maioria por analfabetos, negros e mestiços, alguns oriundos de outros estados nordestinos, sempre que possível tira proveito dos acontecimentos, das ocasiões, para estabelecer algum tipo de resistência. A interpretação do cotidiano dessas pessoas e suas práticas passa pela compreensão de como os

“fracos” operam uma reação, nas pequenas astúcias urdidas no dia a dia e nas táticas que, aos poucos, podem solapar a ordem vigente, criando novas configurações no corpo social. Assim, a apropriação pelos “dominados” dos sistemas impostos abre espaço para um jogo nas relações sociais que é disputado no terreno daqueles que detêm o poder, ainda que as regras sejam subvertidas e que a vitória dependa de cada lance, de cada golpe.

[...] O que ela ganha não se conserva. Este não-lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar o voo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia. (CER-TEAU, 1998, p. 100-101)

Apesar de estarem relacionadas às condições oferecidas pelas circunstâncias, as táticas desviacionistas, referidas por Certeau, não podem ser definidas por meio das regras vigentes, porque o que elas fazem é, precisamente, apoderar-se das leis para manipulá-las e alterá-las. Notemos, por exemplo, a prática adotada pelo personagem João Magalhães que, ao invés de fissurar o sistema coronelista, alterando-o como o fez a negra Risoleta, ratifica a doxa daquela sociedade. Magalhães é apresentado no primeiro capítulo da narrativa, quando um grupo de passageiros se reúne em um navio que os levará de Salvador para Ilhéus. A embarcação, que carrega os sonhos e as ambições daqueles que se veem seduzidos pela fortuna do cacau, concentra alguns dos principais atores da trama amadiana, entre eles o coronel Juca Badaró. João Magalhães, por sua vez, se apresenta aos outros passageiros, inclusive ao próprio coronel, como capitão reformado do exército e engenheiro militar, quando, na verdade, não passa de um jogador trapaceiro que ganha a vida em rodas de pôquer na zona portuária da capital baiana, em meio às prostitutas, marinheiros e ladrões. A viagem para Ilhéus logo se revela uma fuga para João Magalhães, que estava sendo procurado pela polícia após subtrair o anel de formatura de um engenheiro durante um de seus golpes na capital.

Em Ilhéus, se passando por engenheiro militar, Magalhães se infiltra na sociedade ilheense e ganha a confiança dos coronéis. Mesmo sem qualquer conhecimento de engenharia ou topografia, é contratado pelos irmãos Sinhô e Juca Badaró para fazer a medição de terras que estavam em disputa. Durante o trabalho, se aproxima da família e acaba por seduzir a filha de Sinhô, Don’Ana Badaró, com quem se casa em seguida. De malandro, procurado pela polícia, frequentador dos bordéis da Cidade Baixa, em Salvador, João Magalhães se torna o herdeiro de uma das maiores fortunas do cacau no sul da Bahia. No entanto, para alcançar seus objetivos, o personagem precisa assumir outra persona, ou seja, ele só pode ser inscrito naquela sociedade à medida em que ele próprio se reescreve.

Nesse sentido, a prática adotada pelo capitão João Magalhães não pode ser considerada uma “tática”, nos termos de Certeau, uma vez que não há produção de ruptura no sistema vigente. O que há, na verdade, é um reforço e uma legitimação da doxa, porque só reescrevendo-se como Outro, que se agrega algum valor, é que ele pode dar-se a si mesmo algum valor. Assim, ao se casar com Dona Ana Badaró, se infiltrando na sociedade ilheense, Magalhães produz para si alguma inserção, mas esta inserção implica uma completa obliteração dele mesmo para a produção de um Outro. Ou seja, a adesão dele ao projeto coronelista é o que garante a ascendência social. Mesmo assim, o objetivo final do personagem não é alcançado, como iremos constatar no desenrolar da narrativa, uma vez que os Badarós perdem a luta para Horácio e, conseqüentemente, toda a fortuna.

Nesse sentido, a despeito de uma crítica que enquadra *Terras do sem-fim* como romance proletário, de inspirações marxistas, o que Jorge Amado faz é reafirmar os valores inabaláveis daquela sociedade, onde a rebeldia e a mobilidade social são quase inexistentes. Mesmo que as táticas, aquelas urdidas por personagens como negra Risoleta, funcionem como mecanismos de barganha e benefícios ocasionais, elas, por si só, não são capazes de promover uma transformação substancial nas estruturas sociais.

Em oposição à perspectiva materialista e distanciando-se das determinações socioeconômicas, o que temos, propriamente, é uma relação dialética entre a realidade social e as representações da ficção no texto amadiano, ou seja, uma “negociação” entre o mundo

empírico e a literatura. Para compreender como algumas obras literárias compõem essas representações coletivas do passado, Chartier recorreu ao conceito de “energia social” que, para ele, desempenha um papel essencial na perspectiva analítica do *New Historicism*. Em *Shakespearean negotiations: the circulation of social energy in Renaissance England* (1988), Stephen Greenblatt define a noção, que se mostrou relevante tanto para o processo de criação estética quanto para a capacidade que os textos literários têm de transformar as percepções e as experiências de seus leitores.

Por um lado, o que capta a escrita literária é a poderosa energia das linguagens, ritos e práticas do mundo social. Múltiplas são as formas das negociações que permitem semelhante captura estética do mundo social: a apropriação das linguagens, o uso metafórico ou o material, no caso do teatro, dos objetos do cotidiano, a simulação das cerimônias e dos discursos públicos. Por outro lado, a energia transferida na obra literária – aquilo que Greenblatt designa como “the social energy initially encoded in the literary works” [“a energia social codificada nas obras literárias”] ou outra fórmula “the aesthetic forms of social energy” [“as formas estéticas de energia social – retorna ao mundo social através da apropriações de seus leitores e telespectadores. (CHARTIER, 2006, p. 7-19)

Para Greenblatt, o que definiria a potência estética de algumas obras seria a capacidade delas em fazer surgir certos traços verbais e visuais para moldar e organizar as experiências coletivas, tanto físicas quanto mentais. Assim, elas não representariam diretamente uma realidade já constituída, mas contribuiriam com a própria produção dessa realidade, porque seriam como “geradores de representações”, ou seja, produtoras de “esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado” (CHARTIER, 1998, p. 17). No entanto, como refere Chartier, a construção desses significados nem está, por um lado, livre de determinações, nem, por outro, inteiramente sujeita a elas, mas entre “imposições transgredidas e liberdades reprimidas”. Daí, portanto, a ideia de “negociação” com o mundo empírico, de intercâmbio entre a literatura e as práticas sociais.

Em *Do palco à página: publicar teatro e ler romances na época moderna* (2018), Chartier analisa o texto *O elogio de Richardson*, escrito pelo filósofo Denis Diderot, em 1762, após

a leitura dos romances do escritor Samuel Richardson, e identifica alguns efeitos provocados pelas obras. Em um primeiro momento, de acordo com Chartier, há no texto uma energia que estimula sentimentos intensos: a “leitura de Richardson mobiliza inteiramente a sensibilidade, agita o coração e o corpo, provoca gritos e lágrimas”, “movimentos cada vez mais violentos do corpo e da alma pontuam o incontrolável transtorno que toma conta do leitor” (CHARTIER, 2018, p. 101). Outro efeito da leitura, identificado por Chartier, é a supressão de qualquer distinção entre o mundo do livro e do leitor, uma vez que o leitor “é projetado na narrativa e, inversamente, os heróis da ficção tornam-se seus semelhantes (CHARTIER, 2018, p. 102). Lendo Diderot, Chartier conclui que o efeito de realidade se mostrou tão intenso ao ponto de fazer com que leitores acreditassem na existência real dos personagens.

O que dá ao romance esta forte aparência de realidade é sua universalidade. Como Diderot o explica, contrariamente à narrativa histórica que “*n’embrasse qu’une portion de la durée, qu’un point de la surface du globe*” (engloba apenas uma porção do tempo, um ponto da superfície do globo), as obras de Richardson, por revelarem a humanidade na sua própria essência, mostram uma verdade superior, válida em todos os lugares e em todas as épocas. (CHARTIER, 2018, p. 103)

Para Chartier, dois dispositivos estéticos presentes na narrativa seriam responsáveis por esses efeitos provocados pela leitura dos romances de Richardson. O primeiro “consiste em transformar um fragmento da narrativa em um quadro pictórico ou teatral, transformando assim o leitor em espectador, e a leitura, em visão e escuta” (CHARTIER, 2018, p. 108). Assim, ao produzir no leitor a convicção de sua ausência diante da cena, paradoxalmente, geraria a impressão de que ela é real.

A produção desta ausência, pela e na própria obra, qualquer que seja, é o que lhe confere seu poder. Ela funda, no seu conjunto, a estética teatral de Diderot, sua concepção “dramática” da pintura e a preferência que muitos pintores daquela época demonstravam pela representação de personagens que, por sua situação ou condição, ignoravam os olhares que os observavam: como no caso dos absortos, dos adormecidos, dos cegos. (CHARTIER, 2018, p. 109)

Semelhante dispositivo estético podemos identificar no capítulo “A Mata”, de *Terras do sem-fim*, quando Amado cria um quadro pictórico da mata virgem, perigosa e ameaçadora

das terras do cacau, que serve de cenário, inóspito e misterioso, para a sanha desbravadora dos primeiros coronéis que chegam à região.

A mata dormia o seu sono jamais interrompido. Sobre ela passavam os dias e as noites, brilhava o sol do verão, caíam as chuvas do inverno. Os troncos eram centenários, um eterno verde se sucedia pelo monte afora, invadindo a planície, se perdendo no infinito. Era como um mar nunca explorado, cerrado no seu mistério. [...] Da mata vinham trinados de pássaros nas madrugadas de sol. Voavam sobre as árvores andorinhas de verão. E os bandos de macacos corriam numa doida corrida de galho em galho, morro abaixo, morro acima. Piavam os corujões para a lua amarela nas noites calmas. E seus gritos ainda não eram anunciadores de desgraças já que os homens ainda não haviam chegado à mata. (AMADO, 1971, p. 46)

Lendo esta cena, no ensaio “Poesia, documento e história”, publicado em *Jorge Amado: povo e terra 40 anos de literatura* (1972), Candido afirma que “a mata aparece numa visão plástica de cinema” (CANDIDO, 1972, p. 122). A descrição da grandiosidade e da imponência da mata virgem nos coloca como meros observadores daquele cenário. Assim, aos leitores, externos à narrativa, cabe contemplar a imensidão verde que, aos poucos, sofrerá a intervenção do homem, transformando-se em numerosas plantações de cacau. Para Chartier, este recurso narrativo só anula o leitor para que ele, contraditoriamente, esteja mais presente e considere a possibilidade real de que aquele cenário exista ou tenha existido.

Outro efeito de sentido produzido a partir das negociações que a literatura estabelece com a realidade empírica diz respeito à “supressão de qualquer distância entre a ficção e o mundo social, ou melhor, a imposição da certeza de que a ficção literária é mais verdadeira do que a realidade empírica” (CHARTIER, 2018, p. 110). Se em *O elogio de Richardson* Diderot observa que o escritor recusa sua situação de autor, alegando ser apenas um editor de cartas encontradas ao acaso, em *Terras do sem-fim* Amado representa a si próprio na narrativa, durante um acontecimento registrado pelos jornais à época: o julgamento do coronel Horácio da Silveira. O romancista, ainda um menino naquele período, é uma testemunha dos fatos que, anos mais tarde, iria narrar.

O juiz pronunciou as palavras regulamentares, a sessão do júri estava aberta. Uma multidão invadiu a sala, sobrava gente pelos corredores.

Um menino, que anos depois iria escrever as histórias dessa terra, foi chamado por um meirinho para sacar da urna o nome dos cidadãos que iriam constituir o conselho de sentença. (AMADO, 1971, p. 269-270)

Ao se colocar na narrativa, como o menino que, inclusive, teve participação no processo jurídico e assistiu ao julgamento “escutando de olhos acesos os debates”, na companhia do próprio pai, Amado elimina qualquer distinção entre o romance e a realidade dos fatos, ocorridos na cidade de Ilhéus naquele período, para criar um efeito de realidade. Assim, na estrutura da narrativa, o personagem do menino parece não ter outra função, visto que só aparece uma única vez na história, a não ser a de tentar convencer o leitor de que a ficção literária trata do mundo social. Esses “pormenores inúteis”, identificados por Barthes no interior das estruturas narrativas, assim como o excesso de descrição das cenas nos romances, vista como uma “notação insignificante”, servem para produzir um “efeito de real, fundamento dessa verossimilhança inconfessada que forma a estética de todas as obras correntes da modernidade” (BARTHES, 2004, p. 190).

Em suma, o que encontramos na narrativa amadiana, ao contrário do que preconizou a crítica marxista, é a impossibilidade de ascensão das classes desfavorecidas e a consolidação do poder dos coronéis. Portanto, não há indignação, não há revoltas, não há greves. Se fôssemos construir uma crítica a partir do materialismo histórico, que valoriza os dados biográficos do autor, diríamos que o romance empreende, ao invés de denúncia social, uma reafirmação dos valores intocáveis da sociedade coronelista ilheense e, por vezes, uma apologia às classes dominantes e à burguesia agrária grapiúna, da qual, inclusive, o próprio Jorge Amado fez parte. Como sabemos, o escritor é filho de um coronel de cacau, o fazendeiro João Amado. No entanto, a proposta não é seguir nessa direção, uma vez que refutamos esses modelos reducionistas que pretendem interpretar o texto a partir de determinismos. O que isso parece demonstrar é o caráter complexo e heterogêneo do próprio texto amadiano.

Desse modo, acreditamos que o conceito de representação pode abranger essa dimensão da literatura de Jorge Amado, permitindo a compreensão das relações que o autor ou o grupo do qual ele faz parte mantêm com o mundo social de uma maneira muito mais

eficaz do que a noção de mentalidade, uma vez que esta pode sugerir a ideia de uma suposta objetividade das estruturas sociais, em oposição à subjetividade da concepção de representação como uma construção multifacetada, que envolve um conjunto de práticas variadas, constituídas de posições, escolhas e interesses. Como já referimos, a noção dá conta de entender o conjunto das formas “teatralizadas e estilizadas” pelas quais os homens e as sociedades constroem imagens de si mesmos, que “não são uma expressão imediata, automática, objetiva, do estatuto de um ou do poder do outro”. Por isso, a eficácia dessa representação “depende da percepção e do julgamento de seus destinatários, da adesão ou da instância ante mecanismos de apresentação e de persuasão postos em ação” (CHARTIER, 2002, p. 177-178).

REPRESENTATIONS AND PRACTICES IN *THE VIOLENT LAND*, BY JORGE AMADO: NEGOTIATION WITH THE SOCIAL WORLD

ABSTRACT: The proposal is to analyze the novel *The Violent Land* (1943), by Jorge Amado, in a perspective of literature as representation, following the studies of Louis Marin and Roger Chartier, considering the text as the representation of the sensibilities of certain men, in given time, the idea they made of their own society and the meanings they wanted to build. Thus, we intend to refute the idea that the work, circumscribed by Marxist criticism as a proletarian novel, is a homology of social structures. The notion of representation allows us to understand that fictional texts are, in fact, constituted by the relationship they establish with other discourses and not with the empirical reality.

KEYWORDS: Criticism; Jorge Amado; Representations.

REFERÊNCIAS

AMADO, Jorge. *Terras do sem-fim*. São Paulo: Editora Martins, 1971.

BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. Trad. Mário Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BORDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2009.

BORGES, Valdeci Rezende. História e literatura: algumas considerações. In: *Revista de Teoria da História*, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Ano 1, Número 3, p. 94-109, junho/2010.

CANDIDO, Antonio. Poesia, documento e história. In: MARTINS, José de Barros (org). *Jorge Amado: povo e terra*. 40 anos de literatura. São Paulo, Martins, 1972.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Trad. Epraim Ferreira Alves. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editorial, 1998.

_____. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos – Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2002.

_____. Defesa e ilustração da noção de representação. *Fronteiras*, Dourados, MS, v.13, n.24, p. 15-29, jul/dez. 2011.

_____. *A história ou a leitura do tempo*. Trad. Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

_____. El pasado en el presente: literatura, memoria e historia. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 8, n. 13, p. 7-19, jul.-dez. 2006

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

MARIN, Louis. Poder, representación, imagen. *Prismas - Revista de Historia Intelectual*, vol. 13, núm. 2, jul.-dez. 2009, p. 135-153.

_____. *Le portrait du roi*. Paris: Éditions de Minuit, 1981.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 2000.

Recebido em: 10/04/2020.

Aprovado em: 07/05/2020.